

'CPI DOS SERTANEJOS'

# TCE suspende shows em Borba

Apresentação de Vitor Fernandes e Tarcísio do Acordeon custará R\$ 391 mil

O conselheiro do Tribunal de Contas do Amazonas (TCE-AM), Ari Moutinho Júnior, suspendeu os shows dos cantores Vitor Fernandes e Tarcísio do Acordeon no Município de Borba. Os eventos estavam previstos para acontecer na festa de Santo Antônio de Borba, no próximo dia 12 de junho.

A decisão foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE-AM desta quarta-feira. De acordo com a decisão, os termos de inexigibilidade de licitação utilizados para contratar os artistas ferem a legiti-

dade e economicidade da administração pública.

Orçada em R\$ 391 mil, a participação dos artistas no evento foi contratada pela empresa J O Santos Publicidade e Eventos (Show Mix Entretenimento), que foi escolhida pela prefeitura do município para organizar a tradicional festa de Borba.

No entanto, após representação do Ministério Público de Contas, foi identificado que os gastos com o festival, incluindo o cachê dos artistas, não são coerentes com o estado de emergência que o município passa

devido a enchente.

Foi destacado na representação, também, que Borba "possui baixo IDH, além de não haver infraestrutura hospitalar nem leitos de UTI, tampouco rede de tratamento de esgoto ou aterro sanitário para disposição de resíduos sólidos e, assim, a realização da festividade implicaria intolerável violação aos princípios da razoabilidade e da moralidade, pois com preterição à oferta de serviços públicos essenciais nas áreas de saneamento, saúde e educação."

O prefeito de Borba, Simão Peix-



Conselheiro Ari Moutinho Júnior atendeu pedido apresentado pelo MPC

to Lima, tem o prazo de 15 dias para apresentar defesa e documentações que sustentem a regularidade da contratação.

## DENÚNCIA

O Comitê Amazonas de Combate à Corrupção pediu ao Ministério Público do Amazonas (MP-AM) que investigue as contratações de artistas de renome nacional pelas prefeituras do interior do Amazonas feitas com restrições indevidas à publicidade e competitividade.

De acordo com o comitê, as prefeituras estão optando pelo pregão presencial em detrimento de pregão eletrônico, o que configura agressão aos princípios constitucionais da modicidade, da excepcionalidade, da moralidade, da legitimidade e da economicidade. Entre os municípios estão Borba, Careiro, Urucurituba, Autazes, Eirunepé, Novo Airão, Rio Preto da Eva, São Paulo de Olivença, Uruará, Barreirinha, São Sebastião do Uatumã, Nhamundá, Itacoatiara, Apuí, Alvarães, Itapiranga e Humaitá.

ELEIÇÕES 2022

# Lula tem 46%, Bolsonaro, 30%

CORREIO BRAZILIENSE - Pesquisa da Quaest Consultoria contratada pela Genial Investimentos e divulgada, ontem, mostra que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lidera as intenções de voto para a Presidência. No cenário testado com mais pré-candidatos, o petista aparece com 46% na pesquisa estimulada - quando o entrevistado recebe uma lista prévia com os nomes dos presidentes possíveis.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) aparece em segundo lugar, com 30%, Ciro Gomes (PDT) é o terceiro, com 7%. André Janones (Avante) soma 2%,

enquanto Simone Tebet (MDB) e Pablo Marçal (Pros) têm 1% cada. Todos esses pré-candidatos empatam na margem de erro, que é de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Os demais não pontuaram.

Considerando apenas votos válidos - quando são descartados indecisos, brancos e nulos - Lula aparece com 52,87% das intenções de voto e seria, neste cenário, eleito em primeiro turno.

O levantamento ouviu 2.000 pessoas de 27 estados, face a face, entre os dias 2 e 5 de junho. O índice de confiança, segundo o instituto, é de 95%.



Só com os votos válidos, Lula aparece com 52,87% das intenções de votos

ROBERTO JEFFERSON

# STF retoma caso no dia 17 de junho

CORREIO BRAZILIENSE - O Supremo Tribunal Federal (STF) vai retomar, no próximo dia 17 de junho, o julgamento do ex-deputado Roberto Jefferson (PTB) pelos por incitação ao dano de patrimônio público, calúnia e homofobia. Ele foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em agosto do ano passado. A Corte colocou a apreensão da matéria no plenário virtual. Os ministros terão até o dia 24 para depositar os votos, caso não haja pedido de vis-

ta ou de destaque.

Em fevereiro, Roberto Jefferson tornou-se réu no STF. A PGR listou declarações do ex-deputado atacando as instituições e com falas consideradas homofóbicas. O documento diz que o político praticou condutas que infringem o Código Penal e a Lei de Segurança Nacional. "Incentivou o povo brasileiro a invadir a sede do Senado e a praticar vias de fato contra senadores". Seis ministros já votaram para acatar a denúncia da PGR.